

Identificação do Município e do responsável pelo preenchimento do questionário.	1. O município tem Carta Educativa e Plano Estratégico Educativo Municipal atualizados?				2. O contrato interadministrativo de delegação de competências celebrado com o Ministério da Educação e Ciência está em execução?		
Município de Oliveira de Azeméis. Responsável pelo preenchimento: Antonio Isidro Marques Figueiredo (Vereador da Educação)	Sim. Se estiverem disponibilizados publicamente indique a hiperligação para os mesmos.	<a href="http://www.cm-oz.pt/educacao.358/proiecto_educativo_concehio.490/proiecto_educativo_municipal.a991.html">http://www.cm-oz.pt/educacao.358/proiecto_educativo_concehio.490/proiecto_educativo_municipal.a991.html</a>			Sim		
Mealhada . Vice Presidente Guilherme Duarte			Não. Neste caso, indique os motivos e, eventualmente, a data prevista para a sua aprovação.	Está em fase final de aprovação a nova Carta Educativa	Sim		
Vila Nova de Famalicão, Marco Magalhães			Não. Neste caso, indique os motivos e, eventualmente, a data prevista para a sua aprovação.	A Carta Educativa está em atualização, estando, atualmente, em discussão pública, prevista a sua conclusão no 1.º semestre de 2016. O Plano Estratégico será concluído no decurso do ano de 2016, que	Sim		
Município do Crato - Responsável pelo preenchimento: Setor de Educação - Ana Carita			Não. Neste caso, indique os motivos e, eventualmente, a data prevista para a sua aprovação.	Não. O Município está a atualizar a Carta Educativa. O Plano Estratégico está em início de elaboração	Sim		
Sousel			Não. Neste caso, indique os motivos e, eventualmente, a data prevista para a sua aprovação.	O Município está a iniciar os procedimentos, prevendo a sua conclusão em julho de 2016	Sim		
Maia- <b>Denunciou o contrato</b>							
Oliveira do Bairro - Eduarda Cardanha	Sim. Se estiverem disponibilizados publicamente indique a hiperligação para os mesmos.	carta educativa - <a href="http://www.cm-olb.pt/PageGen.aspx?WMCM_Paginald=29133">http://www.cm-olb.pt/PageGen.aspx?WMCM_Paginald=29133</a>	Não. Neste caso, indique os motivos e, eventualmente, a data prevista para a sua aprovação.	Plano estratégico - em elaboração - conclusão até final de 2016	Sim		

Identificação do Município e do responsável pelo preenchimento do questionário.	1. O município tem Carta Educativa e Plano Estratégico Educativo Municipal atualizados?				2. O contrato interadministrativo de delegação de competências celebrado com o Ministério da Educação e Ciência está em execução?		
Município de Vila de Rei - Celeste Costa	Sim. Se estiverem disponibilizados publicamente indique a hiperligação para os mesmos.	www.cm-viladerei.pt, Carta Educativa encontra-se em Revisão; Plano Estratégico Educativo Municipal encontra-se em elaboração			Sim		
Município de Águeda / Pedro Alves (Chefe de Divisão de Desenvolvimento Local)	Sim. Se estiverem disponibilizados publicamente indique a hiperligação para os mesmos.	Sim. A Carta Educativa está a ser atualizada, assim como o Plano Estratégico Educativo Municipal está a ser atualizado, prevendo-se a conclusão de ambos em Junho de 2016.			Sim		
Amadora/Fernando Correia Pereira	Sim. Se estiverem disponibilizados publicamente indique a hiperligação para os mesmos.	Carta Educativa - <a href="http://www.cm-amadora.pt/info-geo-territorio/335-informacao-geografica/716-cartas-de-equipamentos">http://www.cm-amadora.pt/info-geo-territorio/335-informacao-geografica/716-cartas-de-equipamentos</a>	Não. Neste caso, indique os motivos e, eventualmente, a data prevista para a sua aprovação.	O Município não tem Plano Estratégico Educativo Municipal, estando prevista a respetiva conclusão para julho de 2016	Sim		
Município de Oeiras-Alexandra Vasconcelos			Não. Neste caso, indique os motivos e, eventualmente, a data prevista para a sua aprovação.	Conforme está previsto no Contrato Interadministrativo, nº 1da Cláusula 12ª, até ao final do primeiro ano letivo completo de vigência do Contrato é elaborado o PEEM e revista a CE	Sim		

Identificação do Município e do responsável pelo preenchimento do questionário.	1. O município tem Carta Educativa e Plano Estratégico Educativo Municipal atualizados?				2. O contrato interadministrativo de delegação de competências celebrado com o Ministério da Educação e Ciência está em execução?		
Batalha	Sim. Se estiverem disponibilizados publicamente indique a hiperligação para os mesmos.	<a href="http://www.cm-batalha.pt/areas-de-intervencao/educacao/carta-educativa">http://www.cm-batalha.pt/areas-de-intervencao/educacao/carta-educativa</a>	Não. Neste caso, indique os motivos e, eventualmente, a data prevista para a sua aprovação.	O Plano Estratégico Educativo Municipal será finalizado ainda no mês de março de 2016	Sim		
Matosinhos	Sim. Se estiverem disponibilizados publicamente indique a hiperligação para os mesmos.	<a href="http://www.cm-matosinhos.pt/pages/279">http://www.cm-matosinhos.pt/pages/279</a> <a href="http://www.cm-matosinhos.pt/pages/940">http://www.cm-matosinhos.pt/pages/940</a>			Sim		
Cascais	Sim. Se estiverem disponibilizados publicamente indique a hiperligação para os mesmos.		Não. Neste caso, indique os motivos e, eventualmente, a data prevista para a sua aprovação.	Existe Carta Educativa, elaborada em 2003. O Município tem em curso o processo de revisão da CE e elaboração do Plano Estratégico Educativo Municipal, que se preveem concluir até outubro de 2016. Link para a atual Carta Educativa: <a href="http://www.cascais.pt/ano/pdm-elementos-que-acompanham-o-plano-">http://www.cascais.pt/ano/pdm-elementos-que-acompanham-o-plano-</a>	Sim		
Município de Óbidos Vereadora Celeste Afonso	Sim. Se estiverem disponibilizados publicamente indique a hiperligação para os mesmos.	O PEEM está em fase de conclusão, depois de ter estado em discussão pública até ao final do mês de Fevereiro.			Sim		

Identificação do Município e do responsável pelo preenchimento do questionário.	3. O contrato abrange todas as escolas que integram a rede pública da área do Município?			4. As intervenções do Município e dos Agrupamentos de Escolas estão a funcionar, articuladamente e em consonância com o previsto na matriz de responsabilidades anexas ao contrato?		
Município de Oliveira de Azeméis. Responsável pelo preenchimento: Antonio Isidro Marques Figueiredo (Vereador da Educação)		Sim.		Sim.		
Mealhada . Vice Presidente Guilherme Duarte		Sim.		Sim.		
Vila Nova de Famalicão, Marco Magalhães		Sim.		Sim.		
Município do Crato - Responsável pelo preenchimento: Setor de Educação - Ana Carita		Sim.		Sim.		
Sousel		Sim.		Sim.		
<b>Maia-<i>Denunciou o contrato</i></b>						
Oliveira do Bairro - Eduarda Cardanha		Sim.		Sim.		

Identificação do Município e do responsável pelo preenchimento do questionário.	3. O contrato abrange todas as escolas que integram a rede pública da área do Município?			4. As intervenções do Município e dos Agrupamentos de Escolas estão a funcionar, articuladamente e em consonância com o previsto na matriz de responsabilidades anexas ao contrato?		
Município de Vila de Rei - Celeste Costa		Sim.		Sim.		
Município de Águeda / Pedro Alves (Chefe de Divisão de Desenvolvimento Local)		Sim.		Sim.		
Amadora/Fernando Correia Pereira		Sim.		Não, neste caso indique as razões.	No que se refere à articulação com o MEC no tocante à preparação do início do ano letivo	
Município de Oeiras-Alexandra Vasconcelos		Sim.		Sim.		

Identificação do Município e do responsável pelo preenchimento do questionário.	3. O contrato abrange todas as escolas que integram a rede pública da área do Município?			4. As intervenções do Município e dos Agrupamentos de Escolas estão a funcionar, articuladamente e em consonância com o previsto na matriz de responsabilidades anexas ao contrato?		
Batalha		Sim.		Sim.		
Matosinhos		Sim.		Sim.		
Cascais		Sim.		Sim.		
Município de Óbidos Vereadora Celeste Afonso		Sim.		Sim.		

Identificação do Município e do responsável pelo preenchimento do questionário.	5. Qual a intervenção que o Conselho Municipal de Educação tem tido?	6. Qual a forma de articulação e diálogo permanente estabelecidos entre o Município e os Agrupamentos de Escolas?
Município de Oliveira de Azeméis. Responsável pelo preenchimento: Antonio Isidro Marques Figueiredo (Vereador da Educação)	Ainda pouco relevante, uma vez que as matérias em que terá maior intervenção só acontecem a partir desta altura. Constitui-se já no seu âmbito o órgão permanente e tem sido informado de todo o decorrer do processo.	Reuniões regulares entre o município e diretores de escola. Para além disso participação na Comissão de Acompanhamento.
Mealhada . Vice Presidente Guilherme Duarte	Tem emitido pareceres sobre o contrato assim como recebido sempre toda a informação disponível	Como só existe um agrupamento de escolas o contacto é permanente entre o respetivo Diretor e a autarquia
Vila Nova de Famalicão, Marco Magalhães	Participação ativa no processo, com poderes vinculativos	Rede Local de Educação e Formação, Comissão Permanente do CME, Comissão de Diretores dos AE e reuniões técnicas com diversos atores
Município do Crato - Responsável pelo preenchimento: Setor de Educação - Ana Carita	Nenhuma. Estamos a reativar o seu funcionamento	Comunicação permanente entre o técnico do município responsável pelo setor de educação e o diretor da escola
Sousel	O Conselho Municipal de Educação participa de forma ativa e demonstra uma posição construtiva.	Trata-se de uma articulação direta entre os serviços da autarquia e do agrupamento, colmatando e minimizando todos os problemas
Maia- <b>Denunciou o contrato</b>		
Oliveira do Bairro - Eduarda Cardanha	Consultivo	Reuniões mensais e contactos permanentes

Identificação do Município e do responsável pelo preenchimento do questionário.	5. Qual a intervenção que o Conselho Municipal de Educação tem tido?	6. Qual a forma de articulação e diálogo permanente estabelecidos entre o Município e os Agrupamentos de Escolas?
<b>Município de Vila de Rei - Celeste Costa</b>	Consultado/Informado sobre a atividade inerente ao contrato interadministrativo	Reuniões periódicas/mensais calendarizadas para o efeito, no entanto salienta-se uma grande proximidade, quase diária com o mesmo através de contactos informais
<b>Município de Águeda / Pedro Alves (Chefe de Divisão de Desenvolvimento Local)</b>	O Conselho Municipal de Educação tem tido a intervenção prevista no âmbito da Matriz de Competências anexo ao contrato, sendo que o seu papel nesta fase tem sido sobretudo de observador e de orientador das estratégias a consignar no âmbito do Plano Estratégico Educativo Municipal e da Carta Educativa.	O Município e os Agrupamentos têm reunido de forma regular por causa das questões associadas ao contrato, e sempre que se verificou ser necessário debater e resolver questões urgentes relacionadas ao mesmo. Para além disso, está instituída uma reunião mensal entre todos os diretores dos agrupamentos e os serviços de educação da autarquia e a Ex.ma Sr.ª Vereadora do Pelouro, para debate das questões associadas ao sistema educativo local.
<b>Amadora/Fernando Correia Pereira</b>	Fórum de discussão	A articulação e o diálogo entre o Município e os AE's processa-se através de reuniões com os técnicos da autarquia (tutorias), reuniões com o executivo camarário, participação nos conselhos gerais, rede ESCXEL, portal da educação, email, telefone.
<b>Município de Oeiras- Alexandra Vasconcelos</b>		Existe uma relação muito próxima entre o Município e as direções dos Agrupamentos de Escolas e Escola não agrupada para além da reunião mensal com todos os diretores e a Divisão de Educação. Desde 2005 que existe esta prática.

Identificação do Município e do responsável pelo preenchimento do questionário.	5. Qual a intervenção que o Conselho Municipal de Educação tem tido?	6. Qual a forma de articulação e diálogo permanente estabelecidos entre o Município e os Agrupamentos de Escolas?
<b>Batalha</b>	Emitiu parecer sobre o contratos interadministrativos de delegação de competências na área da educação e tem participado no processo de elaboração e de atualização do Plano Estratégico Educativo Municipal.	Foi realizado um acordo de subdelegação de competências entre O Município e o Agrupamento de Escolas, no âmbito do qual foi aprofundado significativamente a descentralização de competências no AE de modo a agilizar a sua gestão, no âmbito do contrato, numa relação de cooperação institucional e de coresponsabilização no cumprimento dos objetivos e metas contratualmente estabelecidas. Foi igualmente criada uma Comissão de Acompanhamento Local.
<b>Matosinhos</b>	Acompanhamento e emissão de parecer vinculativo quando necessário	reuniões com diretores das escolas, reuniões da Comissão de Acompanhamento e troca de correspondência
<b>Cascais</b>	O CME e a sua Comissão Permanente, constituída por todos os AE e representantes das Associações de Pais, tem reunido regularmente, estando nesta altura envolvidos no processo de revisão da CE e elaboração do PEEM, designadamente nas sessões de foco grupo e na apreciação dos relatórios intercalares das 4 fases previstas.	O Município reúne com grande regularidade com os Diretores de Agrupamento.
<b>Município de Óbidos Vereadora Celeste Afonso</b>	Numa primeira fase, temos estado a lidar com questões mais burocráticas. O CME passa a ter um papel mais preponderante a partir de agora. Como temos um único agrupamento, o foco tem sido sobretudo com o Conselho Geral.	Reuniões semanais; gabinete de educação do município a funcionar no Agrupamento.

Identificação do Município e do responsável pelo preenchimento do questionário.	7. Houve transferência para o Município das infraestruturas escolares de todas as escolas da rede pública abrangidas pelo contrato?				8. Há infraestruturas escolares da titularidade da Parque Escolar?		
Município de Oliveira de Azeméis. Responsável pelo preenchimento: Antonio Isidro Marques Figueiredo (Vereador da Educação)	Sim. Há dificuldades a registar?		Não. Neste caso, indique as razões.	Duas escolas EBS estão a necessitar de obras de requalificação de grande envergadura.	Sim. Há dificuldades a registar?		
Mealhada . Vice Presidente Guilherme Duarte	Sim. Há dificuldades a registar?						Não.
Vila Nova de Famalicão, Marco Magalhães	Sim. Há dificuldades a registar?		Não. Neste caso, indique as razões.	Foram transferidos cinco dos onze estabelecimentos de ensino. Dos seis edifícios não transferidos, dois são da Parque Escolar e quatro carecem de obras de reabilitação profundas.	Sim. Há dificuldades a registar?	Dois estabelecimentos de ensino: ES3 Camilo Castelo Branco e D. Sancho I. Falta de manutenção dos novos equipamentos	
Município do Crato - Responsável pelo preenchimento: Setor de Educação - Ana Carita	Sim. Há dificuldades a registar?	Não					Não.
Sousel	Sim. Há dificuldades a registar?						Não.
Maia- <b>Denunciou o contrato</b>							
Oliveira do Bairro - Eduarda Cardanha			Não. Neste caso, indique as razões.	Apesar do município ter assumido a manutenção e apetrechamento da escola secundária, a transferência de titularidade encontra-se dependente da realização de obras de requalificação			Não.

Identificação do Município e do responsável pelo preenchimento do questionário.	7. Houve transferência para o Município das infraestruturas escolares de todas as escolas da rede pública abrangidas pelo contrato?				8. Há infraestruturas escolares da titularidade da Parque Escolar?		
Município de Vila de Rei - Celeste Costa	Sim. Há dificuldades a registar?	As dificuldades a registar encontram-se na falta de verba para reparações necessárias, nomeadamente na cobertura da escola, pavilhão coberto e equipamento da cozinha, já diversas vezes transmitidas e registadas em comissão de acompanhamento					Não.
Município de Águeda / Pedro Alves (Chefe de Divisão de Desenvolvimento Local)			Não. Neste caso, indique as razões.	Não. Existem duas escolas que não foram transferidas para o Município, no caso concreto a Escola Secundária Marques Castilho (sede do agrupamento de Águeda Sul) e a Escola Secundária Adolfo Portela. No primeiro caso, a mesma não foi transferida para o município porque foi alvo de intervenção pela Parque Escolar. No segundo caso, a mesma não foi transferida, porque não foi ainda alvo de requalificação, sendo que só após a mesma, o Município estaria na disposição de a recepcionar.	Sim. Há dificuldades a registar?	Sim. Há dificuldades a registar? Sim. A Escola Secundária Marques Castilho. As dificuldades a registar prendem-se no caso em concreto, com o facto de não ter sido construído o pavilhão desportivo que estava previsto para esta escola, o que levou a que os alunos da mesma tenham que utilizar outras infra-estruturas existentes na cidade, nomeadamente a piscina municipal e o pavilhão Multiusos do GICA (associação local) para a prática desportiva, o que não deveria ter sucedido. Tal tem impacto não apenas em termos de funcionamento da escola, como igualmente do ponto de vista financeiro para o município, já que tem sido este a suportar os custos das aulas nestes equipamentos, sendo que os mesmos ascendem a cerca de 20.000,00€ anuais, os quais não estavam previstos no anexo V do contrato de descentralização de competências, tendo já a autarquia chamado a atenção para este facto, não tendo ainda obtido resposta sobre o mesmo.	
Amadora/Fernando Correia Pereira			Não. Neste caso, indique as razões.	Não é matéria prioritária e está condicionada ao disposto na cláusula 16.ª n.º 2 do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências n.º 550/2015.	Sim. Há dificuldades a registar?	Atendendo ao disposto nas cláusulas 16.ª n.º 4 e 17.ª n.º 3 do referido Contrato não há dificuldades a registar	
Município de Oeiras - Alexandra Vasconcelos	Sim. Há dificuldades a registar?	Naturalmente existem algumas até decorrente de lógicas organizacionais diferentes entre Escolas, Município e Ministério da Educação. No entanto, consideramos muito prematuro fazer um balanço atendendo foi acordado entre todas as partes envolvidas que os fluxos financeiros assim como a gestão e conservação das infraestruturas escolares foi diferido para 1 de janeiro de 2016.			Sim. Há dificuldades a registar?	Existem 4 escolas no concelho que foram intervencionadas em fases diferentes, 1 ainda por concluir-obra suspensa pelo MEC. Face ao pouco tempo decorrido ( 2 meses) consideramos muito prematuro fazer um balanço atendendo foi acordado entre todas as partes envolvidas que os fluxos financeiros assim como a gestão e conservação das infraestruturas escolares foi diferido para 1 de janeiro de 2016.	

Identificação do Município e do responsável pelo preenchimento do questionário.	7. Houve transferência para o Município das infraestruturas escolares de todas as escolas da rede pública abrangidas pelo contrato?				8. Há infraestruturas escolares da titularidade da Parque Escolar?		
Batalha	Sim. Há dificuldades a registar?	O processo de registo será realizado no âmbito da norma orçamental contantes do artigo 47.º da PPL 12/XIII - Aprova o OE para 2016, onde se dispõe no n.º 2 que a LOE constitui título bastante para a transferência da titularidade do direito de propriedade dos prédios afetos às escolas que se encontrem sob gestão municipal. Este processo deveria ser isento no pagamento das despesas de registo.					Não.
Matosinhos			Não. Neste caso, indique as razões.	à exceção das infraestruturas da Parque Escolar	Sim. Há dificuldades a registar?		
Cascais			Não. Neste caso, indique as razões.	Mau estado geral de uma larga maioria das instalações das Escolas 2º/3º ciclo e secundário.	Sim. Há dificuldades a registar?	Duas Escolas. No caso da ES Carcavelos, a manutenção não está a ser assegurada devidamente pela PE, conforme previsto no contrato em vigor. No caso da ES Frei Gonçalo de Azevedo, iniciou-se em junho de 2015 a 2ª fase de requalificação, após vários anos de interregno, não estando contemplada a sua inclusão no Plano Tecnológico, designadamente a substituição do equipamento informático que está obsoleto. Importa referir que em	
Município de Óbidos Vereadora Celeste Afonso			Não. Neste caso, indique as razões.	Já eram do Município			Não.

Identificação do Município e do responsável pelo preenchimento do questionário.	9. Em que estado de preparação se encontra o plano de reabilitação das escolas transferidas que carecem desse tipo de obras?	10. Qual o modo de articulação com os Agrupamentos de Escolas para que estes procedam, nos termos da legislação aplicável, à afetação entre si dos recursos docentes disponíveis?	11. Que mecanismos de articulação foram estabelecidos entre o Município e os Agrupamentos de Escolas para o recrutamento e gestão do pessoal não docente?
Município de Oliveira de Azeméis. Responsável pelo preenchimento: Antonio Isidro Marques Figueiredo (Vereador da Educação)	Em fase de avaliação e execução de estudos prévios.	Assunto ainda não desenvolvido.	A direção dos AE tem reportado as suas necessidades e o município tem-se socorrido de dois tipos de instrumentos. Lançou concurso para colocação de pnd para cumprimento dos raios previstos para o município e enquanto decorre esse concurso tem colocado CEI.
Mealhada . Vice Presidente Guilherme Duarte	A Escola Secundária da Mealhada está bastante degradada	Sem interferência da autarquia	O município da Mealhada não recrutou pessoal não docente pois tem excedentários . A gestão deste pessoal está confiada ao agrupamento
Vila Nova de Famalicão, Marco Magalhães	Das infraestruturas transferidas está concluído os estudos para obras de intervenção. Das escolas não transitadas ainda não houve conversações previstas no planeamento das intervenções prevista no contrato	Não aplicável.	Através do levantamento de necessidades. Foram colocados 124 PND, através dos programas de apoio do IEFP. Está a decorrer procedimento concursal de admissão de 91 AO, que iniciarão funções a 01.09.2016
Município do Crato - Responsável pelo preenchimento: Setor de Educação - Ana Carita		O Município só tem uma escola	O pessoal não docente já se encontrava sob a responsabilidade do município desde 2009, por via de um contrato de execução.
Sousel	Não existem necessidades de quaisquer obras	Não existem ocorrências	O Agrupamento quando regista falta de pessoal não docente comunica o facto ao município, para que este inicie os procedimentos. A gestão do pessoal não docente é da responsabilidade do Agrupamento, tendo sido objeto de subdelegação de competências do município no Agrupamento.
<b>Maia-Denunciou o contrato</b>			
Oliveira do Bairro - Eduarda Cardanha	Em elaboração	Não se aplica, considerando que existe um único Agrupamento de Escolas	existe uma permanente comunicação entre as duas entidades e uma procura constante de resolução dos problemas relacionados com a gestão do pessoal não docente; o recrutamento é efetuado pelo Município

Identificação do Município e do responsável pelo preenchimento do questionário.	9. Em que estado de preparação se encontra o plano de reabilitação das escolas transferidas que carecem desse tipo de obras?	10. Qual o modo de articulação com os Agrupamentos de Escolas para que estes procedam, nos termos da legislação aplicável, à afetação entre si dos recursos docentes disponíveis?	11. Que mecanismos de articulação foram estabelecidos entre o Município e os Agrupamentos de Escolas para o recrutamento e gestão do pessoal não docente?
<b>Município de Vila de Rei - Celeste Costa</b>	Está sinalizado em sede de comissão de acompanhamento e a aguardar que exista verba disponível para o efeito	Não aplicável	Reuniões de articulação de forma a apurar a necessidade do PND
<b>Município de Águeda / Pedro Alves (Chefe de Divisão de Desenvolvimento Local)</b>	Neste momento, não existem escolas transferidas que exijam reabilitação ou que estejam a ser alvo de planos de reabilitação. Contudo, no que se refere à Escola Secundária Adolfo Portela, pretende a autarquia que o MEC efetue a devida requalificação, podendo eventualmente o município encetar uma candidatura para a requalificação da mesma se esta entidade não avançar com a mesma.	Neste momento, não existe partilha de recursos de docentes entre os agrupamentos de Águeda.	O recrutamento do Pessoal não Docente (PND) está a cargo do Município, sendo que os agrupamentos efectuaram uma análise conjunta com esta edilidade no sentido de definir as necessidades existentes em cada um dos mesmos. Por outro lado, o Município delegou nos agrupamentos a gestão directa do PND, pois são estes que têm que lidar diariamente com o funcionamento das escolas e como tal, são eles que estão mais habilitados a poder fazer uma gestão mais eficiente dos pessoal afecto a cada agrupamento (distribuindo-o por entre as escolas e os funções necessários e efetuando a sua substituição quando necessário).
<b>Amadora/Fernando Correia Pereira</b>	O plano de reabilitação não se encontra ainda em preparação por não se tratar de matéria prioritária, atento o disposto na cláusula 16.ª n.º 2 do Contrato Interadministrativo	Apesar da expectativa dos AE's, o MEC ainda não refletiu sobre esta matéria em sede de Comissão de Acompanhamento da execução do Contrato Interadministrativo	Ao nível da gestão do PND, o Município delegou nos AE's um conjunto de competências para esse efeito. Ao nível do recrutamento o Município articula com os AE's para efeitos de identificação das necessidades e perfil do PND nos termos da legislação aplicada (Portaria 1049-A/2008 de 16/09, na redação que lhe foi dada pela Portaria n.º 29/2015 de 12/02).
<b>Município de Oeiras-Alexandra Vasconcelos</b>	A totalidade das infraestruturas escolares requere obras de reabilitação, pelo que sua titularidade só pode ser transferida para o Município após conclusão dos processos de reabilitação. As instalações têm uma idade média de 29 anos; 7 dos edifícios (54%) têm mais de 30 anos, não tendo sofrido requalificações desde a sua construção.Foi efetuado pelo Município um estudo do estado das instalações e dos equipamentos de 13 Escolas de 2º e 3º Ciclos e Secundárias do concelho, constituído por 1 relatórios para cada escola, compreendendo: Memória descritiva e justificativa com levantamento fotográfico; Programação (prioridades por via da definição de trabalhos prioritários e não prioritários); Estimativa custo; Mapa de trabalhos + Medições detalhadas das obras a executar. Este estudo foi concluído no final de Dezembro de 2015, o valor estimado para as intervenções/reabilitações ascende a mais de 18 milhões de euros. Ainda não foi discutida esta matéria com o Ministério da Educação atendendo à alteração do Governo , ao facto de não existir OE aprovado.	A questão ainda não se colocou, releva-se o carácter gradual e faseado deste processo .	O Município assume o processo de recrutamento e delega nos diretores a gestão do pessoal não docente.

Identificação do Município e do responsável pelo preenchimento do questionário.	9. Em que estado de preparação se encontra o plano de reabilitação das escolas transferidas que carecem desse tipo de obras?	10. Qual o modo de articulação com os Agrupamentos de Escolas para que estes procedam, nos termos da legislação aplicável, à afetação entre si dos recursos docentes disponíveis?	11. Que mecanismos de articulação foram estabelecidos entre o Município e os Agrupamentos de Escolas para o recrutamento e gestão do pessoal não docente?
<b>Batalha</b>	Projeto de arquitetura concluído e em fase final das especialidades. O projeto de requalificação será apresentado em tempo no âmbito do AVISO N.º CENTRO-73-2016-01, relativo ao DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS DE FORMAÇÃO E ENSINO - INFRAESTRUTURAS EDUCATIVAS PARA O ENSINO ESCOLAR (ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO).	É uma atribuição do AE	O recrutamento e gestão do pessoal não docente é realizada de forma partilhada e em função das necessidades identificadas pelo o AE.
<b>Matosinhos</b>	Estado inicial com levantamento de necessidades por parte das escolas	O pessoal docente não está abrangido pelo contrato celebrado	O recrutamento do pessoal não docente é da responsabilidade da autarquia, tendo em conta os rácios legalmente definidos
<b>Cascais</b>		Esta situação ainda não se colocou.	No quadro do diálogo de proximidade existente, os AE validaram os critérios de recrutamento de Pessoal Não Docente, bem como na indicação de um representante para o júri de seleção. Em matéria de gestão, o Município delegou nos Diretores de AE competências específicas neste domínio.
<b>Município de Óbidos Vereadora Celeste Afonso</b>		não aplicável	O mesmo que era seguido até aqui

Identificação do Município e do responsável pelo preenchimento do questionário.	12. Estão assegurados os recursos humanos necessários para apoio e acompanhamento dos alunos com Necessidades Educativas Especiais, para os serviços de psicologia e orientação, bem como de outros técnicos?	13. O Município, no âmbito da oferta formativa específica de base local, recorreu à contratação de pessoal docente?	14. Foi celebrado protocolo de colaboração entre o Município e os Agrupamentos de Escolas para efeitos das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)?
Município de Oliveira de Azeméis. Responsável pelo preenchimento: Antonio Isidro Marques Figueiredo (Vereador da Educação)	Não. Neste caso, indique as razões.	Ainda há algumas situações de colocação de recursos humanos em análise para decisão	Não. Neste caso, indique as razões. As AEC são desenvolvidas pelos AE
Mealhada . Vice Presidente Guilherme Duarte	Sim.		Não. Sim.
Vila Nova de Famalicão, Marco Magalhães	Não. Neste caso, indique as razões.	A afetação e contratação de recursos para os alunos NEE, que não integrados nas Unidades e SPO continua na alçada do MEC. A escassez de recursos é dramática, com um rácio de 1 psicólogo para 1000 alunos e o recurso de apoio a contratos de tarefa de 3h00 ou 4h00 para	Não. Sim. Sub-delegação de competências nos AE.
Município do Crato - Responsável pelo preenchimento: Setor de Educação - Ana Carita	Não. Neste caso, indique as razões.	A escola não dispõe dos recursos necessários. Contudo, o município assegura essas necessidades com recurso a pessoal externo à escola	Não. Sim.
Sousel	Sim.		Não. Neste caso, indique as razões. O Município desde há longos anos que é o promotor das AEC's, mantendo esta competência.
<b>Maia-Denunciou o contrato</b>			
Oliveira do Bairro - Eduarda Cardanha	Não. Neste caso, indique as razões.	Pelo reduzido número de professores de educação especial; ausência de terapeutas da fala, terapeuta ocupacional e fisioterapia (considerando a existência de unidades de multideficiência e autismo) via CRI são manifestamente insuficientes; relativamente aos serviços de psicologia, o Município assume a manutenção de um gabinete de apoio ao aluno, com verbas próprias, através do qual faculta técnicos.	Não. Sim.

Identificação do Município e do responsável pelo preenchimento do questionário.	12. Estão assegurados os recursos humanos necessários para apoio e acompanhamento dos alunos com Necessidades Educativas Especiais, para os serviços de psicologia e orientação, bem como de outros técnicos?			13. O Município, no âmbito da oferta formativa específica de base local, recorreu à contratação de pessoal docente?			14. Foi celebrado protocolo de colaboração entre o Município e os Agrupamentos de Escolas para efeitos das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)?		
Município de Vila de Rei - Celeste Costa	Sim.				Não.		Sim.		
Município de Águeda / Pedro Alves (Chefe de Divisão de Desenvolvimento Local)	Não. Neste caso, indique as razões.	Não. Existem situações em que será necessário reforçar os Assistentes Operacionais para acompanhamento de alunos NEE (embora fora das unidades de multifuncionária existentes).			Não.		Sim.		
Amadora/Fernando Correia Pereira	Não. Neste caso, indique as razões.	Atento o disposto na cláusula 19.ª n.ºs 16 e 18.			Não.		Sim.		
Município de Oeiras - Alexandra Vasconcelos	Não. Neste caso, indique as razões.	No caso de Oeiras existem apenas 12 psicólogos afetos. Consideramos que 1 psicólogo para 1640 alunos parece-nos insuficiente.		Nem o Município nem os Agrupamentos de Escolas consideraram, nesta fase, a existência de uma oferta formativa de base local.			Não. Neste caso, indique as razões.	O modelo de gestão das AEC no Município de Oeiras assenta na promoção das mesmas pelos agrupamentos em parceria com as Associações de Pais e/ou IPSS. Os fluxos financeiros referentes às AEC's não incluem o Município, conforme o acordado em sede de negociação do CI.	

Identificação do Município e do responsável pelo preenchimento do questionário.	12. Estão assegurados os recursos humanos necessários para apoio e acompanhamento dos alunos com Necessidades Educativas Especiais, para os serviços de psicologia e orientação, bem como de outros técnicos?			13. O Município, no âmbito da oferta formativa específica de base local, recorreu à contratação de pessoal docente?			14. Foi celebrado protocolo de colaboração entre o Município e os Agrupamentos de Escolas para efeitos das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)?		
Batalha	Sim.				Não.		Sim.		
Matosinhos	Sim.	Relativamente aos alunos NEE a questão está salvaguardada. No que respeita aos SPO, que são da responsabilidade do MEC, são insuficientes para as necessidades.			Não.		Sim.		
Cascais	Não. Neste caso, indique as razões.	Existe carência em matéria de psicólogos educacionais e técnicos superiores. Em relação ao apoio a alunos com NEE, fora das Unidades de Ensino Estruturado e Unidade Multideficiências, têm-se verificado algumas fragilidades e carências de RH, decorrentes da legislação nacional no enquadramento educativo destes alunos.			Não.		Sim.		
Município de Óbidos Vereadora Celeste Afonso	Sim.				Não.		Sim.		

Identificação do Município e do responsável pelo preenchimento do questionário.	15. O Ministério da Educação tem cumprido as obrigações que lhe incumbem no âmbito das AEC?			16. Têm recebido do Ministério da Educação a transferência dos recursos financeiros necessários e suficientes para o exercício das competências delegadas?			17. Foi constituída e está em funcionamento a Comissão de Acompanhamento da execução do contrato?			
Município de Oliveira de Azeméis. Responsável pelo preenchimento: Antonio Isidro Marques Figueiredo (Vereador da Educação)	Sim.				Sim.		Sim. Neste caso, indique as atividades desenvolvidas.	Várias reuniões de trabalho e analisadas as dificuldades e procurado em conjunto ultrapassar as dificuldades		
Mealhada . Vice Presidente Guilherme Duarte	Sim.				Sim.		Sim. Neste caso, indique as atividades desenvolvidas.			
Vila Nova de Famalicão, Marco Magalhães	Sim.			Não. Neste caso, concretize o incumprimento e as suas consequências.		O que estava definido com base na execução da FF111 e PND transferido tem sido cumprido. O que ainda não está operacional são os custos, por exemplo, com RH, definidos por rácio.	Sim. Neste caso, indique as atividades desenvolvidas.	Duas reuniões realizadas. Realço a disponibilidade e a celeridade de resposta.		
Município do Crato - Responsável pelo preenchimento: Setor de Educação - Ana Carita	Sim.				Sim.		Sim. Neste caso, indique as atividades desenvolvidas.	Esclarecimentos diversos sobre a execução de diversas cláusulas contratuais. Análise de indicadores e reflexão sobre propostas para melhoria dos resultados.		
Sousel	Sim.				Sim.		Sim. Neste caso, indique as atividades desenvolvidas.	A comissão de acompanhamento funciona com regularidade, sendo debatidas e esclarecidas todas as dúvidas existentes. O funcionamento da comissão de acompanhamento revela-se de grande utilidade para a execução do contrato.		
<b>Maia-Denunciou o contrato</b>										
Oliveira do Bairro - Eduarda Cardanha	Sim.				Sim.		Sim. Neste caso, indique as atividades desenvolvidas.	Realização de reuniões periódicas para avaliação do cumprimento do contrato e das principais dificuldades.		

Identificação do Município e do responsável pelo preenchimento do questionário.	15. O Ministério da Educação tem cumprido as obrigações que lhe incumbem no âmbito das AEC?			16. Têm recebido do Ministério da Educação a transferência dos recursos financeiros necessários e suficientes para o exercício das competências delegadas?			17. Foi constituída e está em funcionamento a Comissão de Acompanhamento da execução do contrato?			
Município de Vila de Rei - Celeste Costa	Sim.				Sim.	no entanto está em processo de verificação/apuramento dos montantes transferidos	Sim. Neste caso, indique as atividades desenvolvidas.	Reuniões calendarizadas e sempre que necessário coloca-se questões por telefone, e-mail sempre que necessário tendo até ao presente momento a comissão sempre disponível para o fazer		
Município de Águeda / Pedro Alves (Chefe de Divisão de Desenvolvimento Local)	Sim.				Não. Neste caso, concretize o incumprimento e as suas consequências.	Não. As verbas que estão constantes no Anexo V, não têm sido transferidas nos tempos inicialmente previstos, assim como não apresentam os valores que o Município considera serem os correctos para a gestão do sistema escolar local. De referir que a este respeito, o Município apresentou ao IGeFE em 16 de Fevereiro de 2016, um memorando sobre a matéria, estando a aguardar resposta desta entidade desde essa data às questões aí colocadas e à alteração de verbas proposta pelo Município.	Sim. Neste caso, indique as atividades desenvolvidas.	Sim. Têm vindo a ser desenvolvidas um conjunto de reuniões com a Comissão de Acompanhamento, inicialmente com um carácter mensal, passando agora a bimensal, com vista a debelar as naturais dificuldades inerentes ao contrato. A Comissão tem sido uma mais valia em termos de gestão do contrato, embora fosse fundamental que a mesma apresentasse, por parte dos representantes do MEC/IGeFE, uma maior autonomia e capacidade de resposta imediata a algumas das questões colocadas.		
Amadora/Fernando Correia Pereira	Sim.				Sim.		Sim. Neste caso, indique as atividades desenvolvidas.	Reuniões para implementação do Contrato Interadministrativo; reuniões de acompanhamento e avaliação; acompanhamento e resposta por telefone, email e carta às questões colocadas; construção de indicadores de monitorização.		
Município de Oeiras - Alexandra Vasconcelos		Não se aplica no nosso caso, cf. resposta anterior.				Consideramos muito prematuro fazer um balanço atendendo ao que foi acordado entre todas as partes envolvidas diferimento dos fluxos financeiros para 1 de janeiro de 2016. O balanço só poderá, na nossa opinião, ser efetuado no final de 1 um ano civil completo.	Sim. Neste caso, indique as atividades desenvolvidas.	Realização de 3 reuniões, sobretudo monitorização e acompanhamento		

Identificação do Município e do responsável pelo preenchimento do questionário.	15. O Ministério da Educação tem cumprido as obrigações que lhe incumbem no âmbito das AEC?			16. Têm recebido do Ministério da Educação a transferência dos recursos financeiros necessários e suficientes para o exercício das competências delegadas?			17. Foi constituída e está em funcionamento a Comissão de Acompanhamento da execução do contrato?		
Batalha	Sim.				Sim.		Sim. Neste caso, indique as atividades desenvolvidas.	Tem cumprido com as competências descritas no Contrato e desempenha um papel fundamental e facilitador na execução do contrato.	
Matosinhos	Sim.	No entanto, tem-se vindo a verificar um decréscimo no financiamento desta oferta			Sim.		Sim. Neste caso, indique as atividades desenvolvidas.		
Cascais	Sim.				Sim.		Sim. Neste caso, indique as atividades desenvolvidas.	Tem reunido com a regularidade prevista, incidindo prioritariamente as suas atividades para os esclarecimentos processuais resultantes da execução do contrato.	
Município de Óbidos Vereadora Celeste Afonso	Sim.				Sim.		Sim. Neste caso, indique as atividades desenvolvidas.		

Identificação do Município e do responsável pelo preenchimento do questionário.	18. Foi disponibilizado pelo Ministério da Educação o acesso à plataforma eletrônica de monitorização dos custos gerados e transferências financeiras realizadas?			19. Têm sido realizados esforços para promover o aprofundamento progressivo da autonomia e a maior flexibilização organizacional e pedagógica dos Agrupamentos de Escolas?			
Município de Oliveira de Azeméis. Responsável pelo preenchimento: Antonio Isidro Marques Figueiredo (Vereador da Educação)	Sim.					Não. Neste caso, indique as razões.	
Mealhada . Vice Presidente Guilherme Duarte	Sim.	Embora com funcionamento deficiente		Sim. Neste caso, indique as medidas adotadas.	Participação ativa em reuniões com a Direção do Agrupamento		
Vila Nova de Famalicão, Marco Magalhães	Sim.	Contudo a plataforma é lenta e pouco funcional.		Sim. Neste caso, indique as medidas adotadas.	É o continuar do trabalho em rede de Vila Nova de Famalicão, desde a definição da oferta formativa, a elaboração, análise e planos de melhoria e eficácia das escolas.		
Município do Crato - Responsável pelo preenchimento: Setor de Educação - Ana Carita	Sim.			Sim. Neste caso, indique as medidas adotadas.	Contratação, a pedido da escola, de um professor para apoio a alunos com dificuldades a matemática		
Sousel	Sim.			Sim. Neste caso, indique as medidas adotadas.	Foi efetuado contrato de subdelegação de competências no agrupamento, reforçando a sua autonomia.		
<b>Maia-Denunciou o contrato</b>							
Oliveira do Bairro - Eduarda Cardanha	Sim.			Sim. Neste caso, indique as medidas adotadas.	Gabinete de Apoio ao aluno; EPIS; Apoio técnico às escolas		

Identificação do Município e do responsável pelo preenchimento do questionário.	18. Foi disponibilizado pelo Ministério da Educação o acesso à plataforma eletrônica de monitorização dos custos gerados e transferências financeiras realizadas?			19. Têm sido realizados esforços para promover o aprofundamento progressivo da autonomia e a maior flexibilização organizacional e pedagógica dos Agrupamentos de Escolas?			
Município de Vila de Rei - Celeste Costa	Sim.			Sim. Neste caso, indique as medidas adotadas.	Ainda está em implementação, nomeadamente já se procedeu à solicitação de informação para cumprimento da clausula 41ª e 42ª do contrato interadministrativo		
Município de Águeda / Pedro Alves (Chefe de Divisão de Desenvolvimento Local)	Sim.	Sim, mas nem sempre funciona bem.				Não. Neste caso, indique as razões.	Não. Neste momento, e tendo apenas a transferência de competências sido efetivada em Janeiro de 2016, no caso do Município de Águeda, quer a autarquia quer os agrupamentos estão ainda a realizar as necessárias adaptações ao contracto, e, sobretudo às questões de índole processual e financeira do mesmo, sendo que só a partir do momento de estabilização das mesmas, se poderá partir para a flexibilização organizacional e pedagógica dos agrupamentos.
Amadora/Fernando Correia Pereira	Não. Neste caso, indique as razões.	O Município não tem ainda acesso à monitorização e informação relativa às despesas dos AE's, estando pro concretizar a REVVASE, bem como o reporte e despesa.		Sim. Neste caso, indique as medidas adotadas.	Os quais se encontram refletidos na construção da matriz de responsabilidades, cabendo aos órgãos dos AE's a promoção e aprofundamento da autonomia, bem como a maior flexibilização organizacional e pedagógica.		
Município de Oeiras-Alexandra Vasconcelos	Sim.					Não. Neste caso, indique as razões.	Processo muito pouco maduro e coincidente com mudança de governo

Identificação do Município e do responsável pelo preenchimento do questionário.	18. Foi disponibilizado pelo Ministério da Educação o acesso à plataforma eletrónica de monitorização dos custos gerados e transferências financeiras realizadas?			19. Têm sido realizados esforços para promover o aprofundamento progressivo da autonomia e a maior flexibilização organizacional e pedagógica dos Agrupamentos de Escolas?			
Batalha	Sim.			Sim. Neste caso, indique as medidas adotadas.	Através do acordo de subdelegação realizado, o foco principal foi precisamente o reforço gradual da autonomia do AE e dotar a Escola de uma maior flexibilização organizacional e pedagógica.		
Matosinhos	Sim.					Não. Neste caso, indique as razões.	Nesta primeira fase, estamos focados na análise financeira, na colocação de pessoal não docente, na definição da rede de oferta formativa, nas infraestruturas e equipamentos. Após esta fase inicial, contamos desenvolver medidas de carácter pedagógico e organizacional em colaboração com os agrupamentos de escolas.
Cascais	Sim.			Sim. Neste caso, indique as medidas adotadas.	A estratégia delineada pelo Município assenta no assumir progressivo de obrigações administrativas, libertando os diretores dos AE para as tarefas eminentemente pedagógicas.		
Município de Óbidos Vereadora Celeste Afonso	Sim.			Sim. Neste caso, indique as medidas adotadas.			

<b>Identificação do Município e do responsável pelo preenchimento do questionário.</b>	<b>20. Que avaliação faz, até ao momento, da execução do contrato? Indique os pontos fortes e fracos, os desafios e eventuais propostas de alteração.</b>
<b>Município de Oliveira de Azeméis. Responsável pelo preenchimento: Antonio Isidro Marques Figueiredo (Vereador da Educação)</b>	Ainda é relativamente cedo para se fazer um balanço, uma vez que este primeiro ano pode ser considerado como "ano de transição". De qualquer modo há a salientar um trabalho participado, de proximidade e em que os atores educativos, tentam e resolvem os problemas e dificuldades que têm enfrentado.
<b>Mealhada . Vice Presidente Guilherme Duarte</b>	Avaliação positiva . Relação de proximidade muito forte com o Agrupamento de escolas Como ponto fraco destaco a carga burocrática nas transferências financeiras , assim com o não cumprimento dos prazos estabelecidos nos cronogramas financeiros
<b>Vila Nova de Famalicão, Marco Magalhães</b>	A avaliação é, apesar do curto espaço de tempo, positiva. Existem dificuldades, normais em qualquer processo de mudança, pois cada Agrupamento de Escolas tem formas de trabalhar diferenciadas e é necessário a uniformização de processos. O ponto forte e o maior desafio é a possibilidade de localmente definirmos o nosso futuro coletivo e a resposta célere e presencial dos processos educativos. O ponto fraco é a imensa disposição legal, contraditória, muitas vezes entre ela, aliada a uma máquina burocrática vigente e, por vezes, desconhecadora da realidade nacional. Entendemos este processo não como a "municipalização" mas como a territorialização de educação, onde os atores locais, respeitando as orientações nacionais, mas com possibilidade de, localmente, definir o futuro coletivo do território
<b>Município do Crato - Responsável pelo preenchimento: Setor de Educação - Ana Carita</b>	Consideramos muito positiva a execução do contrato, havendo um longo caminho a percorrer. Talvez no final do 1º ano de vigência do contrato haja condições para uma avaliação mais precisa e fundamentada.
<b>Sousel</b>	Pontos fortes Proximidade dos problemas; Facilidade de resolução de problemas; Monitorização de resultados escolares Implementação de medidas de melhoria de resultados escolares; Melhoria das condições de serviço; Parceiro ativo do agrupamento Eficiência de recursos; Reconhecimento da autarquia como um parceiro importante para resolução de problemas e para implementação de projetos; Pontos fracos Processo burocratizado; Datas das transferências não são cumpridas, mas as indicações são apenas para os agrupamentos fora do contrato; Grande nível de exigência do município, mas saudável; Inexistência de folga do contrato para melhoria de desempenho Ameaças Insuficiência de recursos; Oportunidades Melhoramento de rácios de PND; Subdelegação de competências no Agrupamento de escolas, reforçando a autonomia; Redistribuição de equipamentos pelas escolas das freguesias, equilibrando a disponibilização dos recursos; cursos vocacionais dirigidos ao território; Controlo de custos; Maior facilidade de substituição/colocação de RH; Possibilidade de atração de novas respostas – ex: Sala sensorial;
<b>Maia-<i>Denunciou o contrato</i></b>	
<b>Oliveira do Bairro - Eduarda Cardanha</b>	O Município de Oliveira do Bairro disponibilizou-se para fazer parte deste projeto piloto por acreditar genuinamente na importância das respostas de proximidade e na capacidade dos Municípios de conhecer o seu território (de se autoconhecer) e de mais facilmente poder corresponder às necessidades do mesmo. Este processo vem ampliar competências mas vem, também, contratuar apoios que este Município já facultava. Para além das competências que advieram do processo de transferência de competências (em vigor desde janeiro de 2010) o Município foi garante da realização de muitas outras atividades. A nível do pessoal não docente, veio colmatar dificuldades inerentes ao facto de parte dos trabalhadores serem do Município e parte do Ministério da Educação. Relativamente à manutenção das escolas, cumpre referir o avultado estado de degradação da escola secundária e dos eletrodomésticos das três escolas (máquinas, caldeiras, fornos), tendo surgido necessidade de séria intervenção e substituição. Preocupam-nos questões como: - perda de receita via POCH – os cursos profissionais são assegurados por verbas POCH; a impossibilidade de imputar despesa em nome do Município irá reduzir o nível de execução destes fundos e aumentar despesa ao Município; - diferença entre modelos de funcionamento: funcionamento do município obriga a uma melhor antecipação de necessidades – para a escola é sentido que passou a haver um aumento da burocracia” – ex.: salvo raras exceções, não existem aquisições no imediato; - o mapa mensal com a descrição das diferentes verbas transferidas devia ser disponibilizado em data mais próxima da transferência; - DGEstE continua a solicitar informações ao Agrupamento que passaram a ser da responsabilidade do Município – gera confusão!; - Ausências prolongadas/ necessidades de substituição constantes por parte do pessoal não docente, o que obriga a contratações para além do rácio definido pela portaria para fazer face à permanente ausência de uma percentagem significativa de trabalhadores; - Incerteza quanto à existência de financiamento por parte do ministério da Educação para a intervenção física de que a Escola Secundária necessita.

<p><b>Identificação do Município e do responsável pelo preenchimento do questionário.</b></p>	<p><b>20. Que avaliação faz, até ao momento, da execução do contrato? Indique os pontos fortes e fracos, os desafios e eventuais propostas de alteração.</b></p>
<p><b>Município de Vila de Rei - Celeste Costa</b></p>	<p>Ainda não é possível efetuar uma avaliação do contrato uma vez que estamos em fase de implementação e verificação de procedimentos administrativos e contabilísticos.</p>
<p><b>Município de Águeda / Pedro Alves (Chefe de Divisão de Desenvolvimento Local)</b></p>	<p>A avaliação do contrato até este momento é positiva, embora existam um conjunto de situações que consideramos que devem ser alvo de melhoria que listamos de seguida: Necessidade de clarificação das questões relacionadas com as candidaturas ao POCH e aceitação de faturas nos projectos candidatados em nome da autarquia e não dos agrupamentos, algo que está a prejudicar, em muito, as questões processuais associadas ao contrato.; Necessidade de alterar o circuito de requisição de verbas dos agrupamentos ao Ministério, já que não faz sentido o IGeFE transferir verbas para o Município, este transferir para as escolas, que depois terem estas, que enviar as mesmas para o Tesouro, para serem depois requisitadas, o que leva mais de 20 dias em todo o processo. Tal tem que ser inevitavelmente simplificado. Introdução do POC-E nas escolas, o qual vem alterar o sistema como as mesmas funcionavam em termos contabilísticos, sendo que a ASE que tinha contabilidade autónoma passa agora a ser integrada no POC-E, o que faz com que as receitas próprias dos agrupamentos e os saldos que os agrupamentos possuíam sejam agora entregues ao Ministério das Finanças que tem efectuada a retenção dos saldos (de forma indevida do nosso ponto de vista) e colocada mais dificuldades administrativas na devolução das receitas às escolas, o que tem significado mais dificuldades de gestão por parte dos agrupamentos e uma diminuição efetiva das verbas disponíveis em função da retenção dos saldos positivos existentes. Necessidade de centralizar nos Municípios, despesa e receita como um todo e não apenas a despesa, ficando a receita para gestão dos agrupamentos e do IGeFE/Tesouro. Necessidade de simplificar procedimentos administrativos, como por exemplo, no caso dos transportes do NEE sendo necessário evitar duplicação de tarefas, já que agrupamentos têm que carregar os dados na plataforma do REVVASE e depois enviar à autarquia os mesmos dados para esta efetuar os procedimentos de contratação para os devidos circuitos de transporte; Necessidade de melhorar a Plataforma existente, a qual tem muitas limitações de utilização e informação, sendo que, por exemplo, as verbas atribuídas deveriam vir discriminadas por agrupamento e bloco; Falta de um Manual de Procedimentos para todos os intervenientes (sobretudo nas questões financeiras e legais adjacentes ao contrato), o que faz com que existam leituras e procedimentos diferentes consoantes os projectos-piloto. Esta situação poderia ser resolvida com a existência na plataforma de um sistema de FAQ's que permitisse esclarecer problemas comuns entre os municípios e os agrupamentos, sem necessidade de recorrer a comissão de acompanhamento. Pouca autonomia capacidade de resposta da Comissão de Acompanhamento, sobretudo por parte dos representantes do MEC/IGeFE; Existência de situações sucessivas de erros nos cálculos do Anexo V e envio tardio de verbas de acordo com o estabelecido pelo próprio IGeFE; sobretudo no início do processo; Necessidade de um regime transitório para os agrupamentos, que permita a aquisição temporária de materiais, equipamentos e produtos de desgaste, até que os contratos existentes transitem para a autarquia (ou sejam feitos novos contratos), evitando os pedidos de excepção ou a ida a acordos-quadro/agregações estabelecidos pelo IGeFE/MEC. Aumentar a autonomia dos directores dos agrupamentos, em termos de gestão financeira e pedagógica, pois só assim será possível conseguir uma maior diferenciação do ponto de vista do sucesso educativo e da eficiência financeira.</p>
<p><b>Amadora/Fernando Correia Pereira</b></p>	<p>Sendo a vigência e execução do Contrato Interadministrativo bastante recentes é prematura qualquer avaliação. Os pontos fortes do Contrato são aqueles que serviram de fundamento à sua assinatura, nomeadamente a experiência adquirida com o Contrato de Execução e a vontade de a continuar e aprofundar por se entender que é nas escolas e nas comunidades locais que reside o mais decisivo potencial de qualificação e de mudança social e cultural e por se encarar a descentralização para o Município de novas competências em matéria de educação como um instrumento de trabalho que permitirá melhorar quer os processos, quer os resultados escolares.</p>
<p><b>Município de Oeiras-Alexandra Vasconcelos</b></p>	<p>Consideramos muito prematuro fazer uma avaliação. No entanto, apontamos alguns pontos claramente positivos:</p>

<b>Identificação do Município e do responsável pelo preenchimento do questionário.</b>	<b>20. Que avaliação faz, até ao momento, da execução do contrato? Indique os pontos fortes e fracos, os desafios e eventuais propostas de alteração.</b>
<b>Batalha</b>	<p>Fazemos uma avaliação muito positiva. O modelo materializado aposta numa maior valorização do papel do AE, dos respetivos órgãos e da comunidade na tomada de decisões através de um Acordo contextualizado, consistente e fundamentado no quadro da ação local que possibilita o desenvolvimento de uma maior autonomia pedagógica, curricular, administrativa e organizativa. Também promove o aperfeiçoamento do serviço público de educação no desiderato estratégico de promoção da qualidade da aprendizagem das crianças e dos jovens, através de respostas mais eficazes e mensuráveis que permitam uma melhoria contínua nas suas práticas pedagógicas e de um crescente envolvimento da comunidade educativa.</p>
<b>Matosinhos</b>	<p>Avaliação positiva. Pontos fortes a destacar: Apoio e colaboração da Comissão de Acompanhamento, maior autonomia para tomada de decisões a nível local, maior territorialização da educação, maior proximidade aos órgãos de gestão dos agrupamentos escolares e potenciais ganhos de escala nos contratos a estabelecer. Pontos fracos: dificuldade inicial no acesso à plataforma BI MEC e atualização em tempo real da mesma, falta de articulação inicial entre o IGeFE e a DGEsTE, transferências financeiras e desagregação de acordo com o clausulado, ainda não estabilizadas assim como algumas rubricas por esclarecer, persistem dúvidas nos vencimentos dos recursos humanos, falta de acesso à MISI por parte da autarquia para consulta de dados .</p>
<b>Cascais</b>	<p>O tempo de vigência do contrato, que entrou em vigor em 1 de setembro, não permite ainda fazer uma avaliação definitiva. Contudo, foi desde já possível iniciar o ano letivo com ganhos significativos em relação ao passado, com a colocação pelo Município de pessoal não docente. Para além disso, em razão da vigência deste contrato, registou-se uma maior aproximação entre o Município, os Agrupamentos de Escolas e as Associação de Pais.</p>
<b>Município de Óbidos Vereadora Celeste Afonso</b>	<p>Tem havido da parte de todos um esforço e uma preocupação em cumprir o contrato. Neste momento, com escassos meses de execução, é prematuro fazer avaliação e análise SWOT</p>